



LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº 040/2024 - SEMAPA

A SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, PECUÁRIA E AGRICULTURA - SEMAPA, órgão integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, criado pela Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 050, de 05 de agosto de 1983, vem por meio da Lei Complementar 140, de 08 de dezembro de 2011, Resolução CONSEMA nº 372, de 22 de fevereiro de 2018 e Leis Municipais nº 2.362, de 18 de setembro de 2018 e nº 2.449, de 18 de outubro de 2019, e de acordo com o Parecer Técnico nº 067/2024, integrante do processo administrativo nº **20167/2023**, conceder a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO, que autoriza:

NOME: PLANET PAV COMERCIO DE ASFALTOS LTDA

ENDEREÇO: Rua Adriano de Quadros Bittencourt, nº 1701, Pavilhão 5, Bairro: Rincão Gaucho

CPF/CNPJ: 03.990.925/0001-15

MUNICÍPIO: ESTANCIA VELHA

CEP: 93607-720

Para a atividade de: USINA DE ASFALTO E CONCRETO ASFALTÍCO, A QUENTE, com uma área útil de 1.419,60 m² e 11 funcionário (s).

CODRAM: 2065,10

Localizada: Rua Adriano de Quadros Bittencourt, nº 1701, Pavilhão 5, Bairro: Rincão Gaucho

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Lat:-29° 39' 11,52"; Long:-51° 08' 50,28" - Datum SIRGAS 2000, BRAZIL

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: De segunda-feira à sexta-feira (7.45h-12.00h/13.00h-18.00h)

Com as condições e restrições:

1. Quanto ao empreendimento:

- 1.1. Esta licença contempla a atividade de usina de asfalto e concreto asfáltico à quente, com os seguintes equipamentos: 01 empilhadeira, 01 máquina de ensacar CBUQ, 02 máquinas de costurar sacos de CBUQ, 01 máquina pá carregadeira e 01 usina de asfalto;
- 1.2. Qualquer alteração realizada no empreendimento, seja: alteração de processo, ampliação de área, realocação, etc., deverá ser precedido de licenciamento ambiental junto à SEMAPA;
- 1.3. Caso haja encerramento das atividades deverá ser encaminhado a baixa do processo, bem como declaração quanto a destinação dos resíduos gerados no período anterior;
- 1.4. Sempre que a empresa firmar algum acordo de melhoria ambiental ou ajustamento de conduta com outros órgãos (Federal, Estadual ou Municipal), deverá ser enviada cópia deste documento à SEMAPA, como juntada ao processo administrativo em vigor;



- 1.5. *A empresa deverá apresentar Alvará do Corpo de Bombeiros e mantê-lo atualizado durante toda vigência desta licença. Prazo: 60 dias;*
- 1.6. A produção mensal da Empresa não poderá exceder a 1600 ton de CBUQ, salvo se comunicado à SEMAPA;
- 1.7. *Deverá instalar placa de sinalização na entrada da área licenciada com as seguintes informações: nome do empreendedor, número da licença ambiental, validade da licença, conforme modelo da Secretaria de Meio Ambiente (disponível no site da Prefeitura/ Portal 24H/Recursos/ Downloads/ 23. Meio Ambiente). Deverá ser enviada comprovação de instalação da placa mediante registro fotográfico. Prazo: 15 dias;*
- 1.8. Caso haja encerramento das atividades deverá ser prevista a recuperação da área do empreendimento e apresentado à SEMAPA, com antecedência mínima de três meses o Plano de Desativação e Descomissionamento, com levantamento do passivo e definição de destino final do mesmo para local com licenciamento ambiental, acompanhado de cronograma executivo;

2. Quanto aos resíduos sólidos:

- 2.1. A empresa deverá preencher a "Planilha Trimestral de Resíduos Sólidos Industriais Gerados" para a totalidade de seus resíduos, via digital (a planilha digital encontram-se disponível na home-page da Prefeitura Municipal de Estância Velha: www.estanciavelha.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental, no Sistema de Licenciamento On-line: SOL-SYSNOVA; as mesmas deverão ser encaminhadas à SEMAPA com periodicidade trimestral, sendo que as primeiras deverão ser entregues em 15/06/2024; Prazo periódico: 90 dias;
- 2.2. *O responsável pelo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos industriais da empresa deverá apresentar à Semapa, com periodicidade anual, informações completas e atualizadas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade. Prazo: 60 dias;*
- 2.3. A Empresa deverá verificar o licenciamento ambiental da Central de recebimento de resíduos e atentar para o seu cumprimento, conforme artigo 08 da Lei Estadual nº 9921, de 27/07/93, que estabelece a responsabilidade da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros, pela destinação adequada dos resíduos sólidos gerados;
- 2.4. O resíduo sólido industrial deverá ser armazenado provisoriamente dentro da área da indústria, de forma a não contaminar o meio ambiente, observando a Norma Técnica NBR-12235 e a Norma Técnica NBR-11174 da ABNT, até posterior envio à destinação final;
- 2.5. A empresa deverá observar o cumprimento do artigo 12 do Decreto Estadual nº 38.356, de 01/04/98, que regulamentou a Lei Estadual nº 9.921 que dispõe sobre a "gestão dos resíduos sólidos", e ainda a Portaria 033/2018 referente ao Manifesto de Transportes de Resíduos –MTR em sistema On Line da FEPAM;
- 2.6. A empresa deverá apresentar, juntamente com a "Planilha de Resíduos Sólidos Industriais Gerados" referente ao último período de cada ano, a relação dos números das MTR emitidas durante o ano, visando ao atendimento do artigo 12, parágrafo 3º do Decreto Estadual 38.356;



- 2.7. As lampadas inservíveis contendo mercúrio deverão ser mantidas íntegras, embaladas e acondicionadas de forma segura, para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação;
- 2.8. O Transporte de resíduo perigoso (Classe I, conforme NBR 10004 da ABNT) somente poderá ser realizado em veículo licenciado junto à FEPAM para fontes móveis de poluição, devendo ser acompanhado do respectivo Manifesto de Transporte de Resíduo – MTR;
- 2.9. Os resíduos sólidos industriais não poderão ser destinados a aterro de resíduos sólidos urbanos, nem disposto para coleta seletiva municipal, conforme Resolução Consema 073/2004, de 20 de agosto de 2004;
- 2.10. Todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme determina a Resolução CONAMA nº 362/2005;
- 2.11. Fica proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no estado do RS, devendo as mesmas serem destinadas à reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas), conforme a Portaria SEMA/FEPAM nº 001/2003;
- 2.12. Caso seja adquirido óleo lubrificante em embalagens plásticas apenas no comércio varejista, deverá ser feita a devolução voluntária no ponto de compra;
- 3. Quanto aos efluentes líquidos:**
- 3.1. A Empresa não poderá lançar efluentes líquidos industriais em corpos hídricos superficiais ou subterrâneos sem o prévio licenciamento da SEMAPA;
- 4. Quanto às emissões atmosféricas:**
- 4.1. Os níveis de ruídos gerados pela atividade industrial da Empresa deverão atender aos padrões estabelecidos pela NBR 10.151, da ABNT, conforme Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90;
- 4.2. A empresa deverá manter os equipamentos de controle de emissões atmosféricas operando adequadamente para garantir sua eficiência de maneira a evitar danos ao meio ambiente e incômodos a população;
- 4.3. Os equipamentos e/ou operações passíveis de provocarem emissões de material particulado deverão ser providas de sistema de ventilação local –exaustor– de modo a evitar emissões visíveis para a atmosfera;
- 4.4. O padrão de emissão para material particulado total é de 100 mg/Nm³, base seca;
- 4.5. O padrão de emissão para SO₂ é de 400 mg/Nm³;
- 5. Quanto ao esgotamento sanitário:**
- 5.1. A empresa deverá possuir coleta e tratamento do esgoto cloacal gerado com uso de solução individual por meio de fossa, filtro e sumidouro, obedecido o disposto na NBR –



7229 da ABNT. Havendo rede de drenagem implantada na via pública, deverá ser utilizado o tratamento por meio de fossa e filtro, com ligação do esgoto tratado na rede pluvial;

6. Areas de tancagem:

- 6.1. Todas as áreas de tancagem de produtos químicos deverão ser impermeabilizadas e protegidas por bacias de contenção, conforme NBR 17.505 da ABNT, de modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos;
- 6.2. A empresa deverá armazenar matérias-primas, insumos, produtos acabados e resíduos líquidos em locais adequados (devem conter bacia de contenção, com impedimento de acesso à rede pública, estar protegidos contra intempéries e distantes de pontos de drenagem pluvial) de forma a garantir que em caso de acidente não ocorra vazamento;

7. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

- 7.1. Em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoas e/ou meio ambiente, a SEMAPE e a FEPAM deverão ser imediatamente informadas;

8. Com vistas à renovação da licença de Operação o empreendedor deverá apresentar:

- 8.1. A empresa deverá solicitar renovação da licença de operação num prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento da licença vigente.
- 8.2. Requerimento com a solicitação da renovação assinada pelo proprietário;
- 8.3. Atualização dos seguintes itens: a) razão social da Empresa; b) endereço para correspondência e CEP; c) área construída da indústria (m²); d) n° de funcionários/pessoas que trabalham na Empresa: produção e administração; e) regime de funcionamento (horas/dia, dias/mês ou meses/ano); f) principais matérias primas utilizadas (quantidades por dia); g) produção mensal (produtos e subprodutos com as respectivas quantidades);
- 8.4. Formulário – Licenciamento de Atividades Industriais – com todos os campos preenchidos ou declaração da Empresa informando que há cumprimento das condições e restrições acima, bem como de que não houve nenhuma alteração da atividade ora licenciada, nem no Licenciamento de Atividades Industriais preenchido anteriormente. Salientamos que, qualquer alteração (processo, produção, área física, etc), deverá ser previamente avaliada por esta Secretaria, através de Solicitação de Licença Prévia (LP);
- 8.5. Pagamento da taxa dos serviços ambientais;
- 8.6. Apresentar cópia dos comprovantes de depósito do resíduo industrial, cópia dos comprovantes de venda e/ou doação de resíduos e cópias das MTRs dos últimos 12 meses;
- 8.7. Apresentar cópia do alvará dos bombeiros atualizado;
- 8.8. Toda a documentação deverá ter a assinatura dos responsáveis pela Empresa. Caso a documentação esteja incompleta poderá haver devolução ou o processo será arquivado;

Esta Licença só é válida para as condições contidas acima e pelo período de 2 (DOIS) ANOS, a contar da presente data. Caso haja alteração nas informações contidas neste documento o empreendedor deverá comunicar formalmente a SEMAPA, a qual responderá por escrito se



as alterações foram deferidas. Este documento perderá a validade caso os dados a serem remetidos pelo requerente não correspondam à realidade ou na inobservância das condições e restrições desta. Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal, nem exclui demais licenças ambientais. Este documento deverá estar no local da atividade licenciada para efeitos de fiscalização.

Esta licença poderá ser acessada pelo link: <http://ecoplan.sysnova.com.br/?pmid=34>

Estância Velha, 11 de março de 2024.

Viviane Diogo

Secretária do Meio Ambiente, Pecuária e Agricultura

Documento Assinado Digitalmente